

O EMPRESÁRIO

Revista da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha

Ano 18 | Nº 109 | Maio/Junho 2016 | R\$ 4,50

PRECISAMOS FICAR ATENTOS



*Observatório Social,
conscientização
tributária,
movimentos na
economia...
...ferramentas à
nossa disposição*

CAMPO BOM

Inaugurada
a nova sede

FUNDAÇÃO SEMEAR

Parceria benéfica
a comunidade





CONSCIENTIZAÇÃO EM NOME DA CIDADANIA

Sociedade precisa conhecer os tributos que paga para exigir a contrapartida dos governos

A definição já é antiga, mas a efetividade do conceito ainda tem um longo caminho a percorrer: “Quem conhece os tributos que paga, sabe os direitos que tem”. Numa época em que o país parece ter acordado – ainda que atrasado – para acompanhar o que realmente acontece na esfera pública, nada mais apropriado que cada cidadão tenha a verdadeira consciência de seus direitos e deveres. Assim, é possível cobrar respostas e exigir dos representantes políticos uma contrapartida adequada à fúria arrecadatória que coloca o Brasil no topo mundial quando o assunto é cobrança de impostos. Por outro lado, o dinheiro que deveria retornar à sociedade na forma de investimentos em educação, saúde, segurança e infraestrutura, por exemplo, deixa muito a desejar e coloca a nossa querida Nação entre os piores colocados no ranking.

Neste ano, como vem fazendo há mais de uma década, a ACI desenvolveu a 12ª edição do projeto Consciência Tributária, focando suas ações em palestras junto a estudantes da região, demonstrando a importância que significa saber quanto pagamos de tributos na aquisição de cada produto ou serviço. “Hoje, sabemos que iniciativas como esta trarão um retorno a médio e longo prazo, pois estamos formando cidadãos, consumidores mais conscientes, que vão exigir a devida contrapartida pelos impostos que, muitas vezes, estão escondidos, a cada vez em que compramos algo”, assinala o presidente da entidade, Marcelo Clark Alves.

R\$ 843 bilhões já pagos neste ano

Até o dia 01 de junho deste ano, conforme o “Impostômetro” instalado pela Associação Comercial de São Paulo, os brasileiros já tinham pago R\$ 843 bilhões em tributos. Já ao longo do ano passado, o valor atingiu a marca inédita de R\$ 2 trilhões. O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), assim como a maioria dos brasileiros, aguarda que o governo interino não apresente o mesmo modelo do simples aumento de tributos para resolver a situação econômica do país, sem se dedicar à racionalização do gasto público.



EM 1996 FORAM
100 DIAS TRABALHADOS
EM 2016 FORAM
153 DIAS TRABALHADOS

“Como a inadimplência dos contribuintes brasileiros cresceu 27% somente em 2015, consideramos que este é um fator que comprova que os cidadãos e empresas não têm mais condições de suportar a enorme carga tributária exigida pelo governo”, comenta o presidente do Conselho Superior e coordenador de Estudos do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral. Diante deste cenário, o tributarista sugere que sejam adotadas medidas para diminuir o impacto da carga tributária, principalmente para as empresas. “É necessário projetar melhorias nestes próximos dois anos. Entre elas reduzir metade das burocracias existentes, evitar alterações na base de cálculo e alíquotas dos tributos e fazer uma racionalização na legislação tributária”, afirma o presidente do IBPT.

O QUE SÃO?



▪ IMPOSTOS

Principal fonte de financiamento dos serviços públicos. Incidem sobre o patrimônio (como o IPTU e o IPVA), renda (Imposto de Renda) e o consumo (IPI, ICMS)

▪ TAXAS

Valores cobrados por um serviço específico, como a taxa de coleta de lixo ou a taxa de emissão de documentos.

▪ CONTRIBUIÇÕES

Têm finalidade específica e não podem ser utilizadas livremente pelos governos. Elas costumam ser cobradas quando há uma destinação específica, como o PIS e PASEP, que são direcionados a um fundo para trabalhadores de menor renda. A Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) foi criada em 1997 para arrecadar verbas destinadas à saúde pública.



SOCIEDADE PRECISA TER ATITUDE

ALGUNS PRODUTOS E OS IMPOSTOS PAGOS:

Gasolina	53%
Pilhas / baterias	51%
Conta de luz	48%
Bicicleta	46%
Conta de telefone	46%
Televisor	45%
Água mineral	44%
Diesel	41%
Telefone celular	40%
Calça jeans	39%
Desodorantes	37%
Pneu	36%
Pasta de dentes	35%
Xarope para tosse	35%
Gás de cozinha	34%
Açúcar	32%
Almoço em restaurante	32%
Detergente	30%
Leite em pó	28%
Álcool combustível	26%
Óleo de cozinha	26%
Computador (até R\$ 3 mil)	24%
Conta de água	24%
Leite	19%
Feijão	17%
Pão francês	17%



Ney da Nóbrega Ribas, presidente do Observatório Social do Brasil

A má gestão dos recursos públicos parece ficar mais evidente a cada ano. Hoje, é comum que municípios, estados e, por consequência, a União, proclamem um quadro orçamentário extremamente negativo. Muitos arrecadam somente para cumprir com a folha de pagamento do funcionalismo. O que parece ser algo impossível de ser revertido se transforma em oportunidade para o Observatório Social, uma associação que começa a tomar corpo em todo o país, e que permite o livre exercício da cidadania democrática e apartidária. O objetivo final é claro: contribuir para a melhoria da gestão pública.

FOTOS: FÁBIO WINTER & LU FREITAS



O Rio Grande do Sul está cada vez mais presente na estrutura do Observatório Social, que surgiu no Paraná ainda na década de 90, graças ao entusiasmo do empresário Ney da Nóbrega Ribas, hoje presidente da organização e um dos fundadores. Em solo gaúcho, são oito núcleos já em atividade: Porto Alegre, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Gravataí/Glorinha, Lajeado, Pelotas e Santa Maria. No Brasil, são 105 cidades alcançadas em 19 estados. E se depender do entusiasmo das várias entidades que subscreveram uma Carta de Intenções lançada durante o Prato Principal da ACI em maio, Novo Hamburgo pode engrossar muito em breve esta relação.



Ney Ribas: "Precisamos contribuir para que haja a correta aplicação das verbas públicas, desde a publicação de um edital até a entrega da obra"

O futuro que queremos

"Este é o futuro que queremos, com homens e mulheres que se unem para cuidar do nosso país. Estamos com a oportunidade de criar um modelo de gestão e cada cidadão pode ser um protagonista desta história. Precisamos ter atitude, trabalhar esta vontade de fazer o que é preciso. Não adianta ficarmos quietos, pois ninguém faz nada sozinho", resumiu Ney Ribas, durante a reunião-almoço que integrou a programação do projeto da Consciência Tributária da ACI.

Para um público formado por cerca de 150 empresários e representantes de entidades, que o aplaudiu de pé ao final de sua palestra, o presidente do Observatório Social propôs um pacto pelo Brasil. Ele apresentou a estrutura da associação que prima pelo trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos. "Somos agentes das transformações e precisamos honrar os valores e sonhos que nossos antepassados trouxeram. Temos algo a construir e o Brasil espera mais de nós", enfatizou.

"Nós somos os protagonistas desta história. O pacto pelo Brasil depende da consciência de cada um sobre o que é certo e o que é errado"



Sincontecsinos

Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Sinos



Rua Osvaldo Aranha, 115 - Centro - CEP 93010-040 | São Leopoldo/RS | Telefone: (51) 3592-6493

Web: www.sincontecsinos.org.br | E-mail: sindicato@sincontecsinos.org.br



Curta nossa página no Facebook e acompanhe nossas novidades: facebook.com/sincontecsinos.sindicatocontabil



“Você é dono desta empresa chamada município e tem o direito de saber como está sendo gerido este patrimônio. Devemos contribuir para a melhoria da gestão”

Na sua avaliação, o momento que o país atravessa é apropriado para fazer com que o Observatório Social cresça. “Tudo que envolve recursos públicos precisa estar no portal de transparência. Chegou a hora da verdade. Se queremos líderes para o futuro é preciso preparar os jovens desde já. Portanto, o futuro está em nossas mãos e cabe a nós deixarmos o legado”, ressaltou. “Em vez do denunciismo, trabalhamos no protagonismo, alertando o gestor da área com problemas para que seja tomada uma solução”.

O patrocínio master do Prato Principal foi de Sincontecsinos – Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Sinos, com patrocínio de Lauermann Schneider Auditoria & Consultoria e Sicredi – Gente que Coopera Cresce, apoio de Estrelatur Turismo, 1º Tabelionato Fischer e Universidade Feevale, com colaboração de Stratosom Sonorizações e Sucos Petry.

Como funciona o **OBSERVATÓRIO SOCIAL**

Atuando como pessoa jurídica, em forma de associação, o Observatório Social prima pelo trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos.

Outras frentes também são buscadas pelo Observatório Social, como

a educação fiscal, demonstrando a importância social e econômica dos tributos e a necessidade do cidadão acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos. Também é importante a inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, contribuindo para a geração de emprego e redução da informalidade, bem como aumentando a concorrência e melhorando qualidade e preço nas compras públicas.

Nos últimos três anos, com a contribuição do trabalho de aproximadamente 2.000 voluntários em todo o país, houve uma economia superior a R\$ 1 bilhão para os cofres municipais. O mais importante, no entanto, conforme o Observatório Social, não são apenas os valores. É uma nova cultura que se forma: a da participação do cidadão fiscalizando a correta aplicação do dinheiro público.

Uma área livre de corrupção

“Sou brasileiro. Sou uma área livre de corrupção.” A frase, estampada no botão utilizado pelo presidente do Observatório Social pretende disseminar a ideia de que cada cidadão esteja atento não só ao seu papel fiscalizador, mas também às próprias atitudes. A área livre de corrupção se enquadra em toda pessoa, empresa, organização social e órgão público que tenha como princípios e valores as boas práticas de ética, moralidade, transparência, cidadania e profissionalismo, primando por relações saudáveis na família, na escola, na empresa, no serviço público, nos eventos sociais. Assim, cada cidadão pode praticar e motivar outras pessoas a incorporar boas práticas de conduta por meio de pequenas atitudes.



CARTA DE INTENÇÕES



FOTOS: FÁBIO WINTER & LU FREITAS

Entidades representativas estiveram reunidas para assinar uma carta de intenções

Antes da realização do Prato Principal promovido pela ACI, dezenas de entidades representativas estiveram reunidas na Sociedade Ginástica Novo Hamburgo para assinar uma carta de intenções visando a implantação, em Novo Hamburgo, do Observatório Social. De acordo com o presidente da entidade, Marcelo Clark Alves, não poderia haver momento mais apropriado para a instalação, visto que a população clama por ações que de fato venham a beneficiar as comunidades. “Precisamos ser protagonistas e participar ativamente de tudo que acontece em nosso município. Temos capacidade, vontade e necessidade de tornar a coisa pública eficiente, auxiliando num trabalho conjunto com

todas as entidades representativas da cidade”, destacou Alves.

Contando com a participação do presidente do Observatório Social do Brasil, Ney da Nóbrega Ribas, e do vice-presidente para Assuntos Institucionais e Alianças, o gaúcho Pedro Gabriel Kenne da Silva, os representantes de entidades receberam informações de como funciona a organização e da importância de haver um trabalho de união. “Este é um espaço para o exercício da cidadania, que deve ser democrático e apartidário, reunindo o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil, com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública”, enfatizou Ribas.

“O trabalho de desenvolvimento para a instalação do Observatório Social vem sendo discutido há vários meses e nosso objetivo é poder participar, num trabalho conjunto, auxiliando no estímulo voluntariado do controle social e pela cidadania fiscal”, ressaltou a vice-presidente de Serviços da ACI, Tanha Laueremann Schneider.

A carta de intenções traduz o objetivo do Observatório, enfatizando que tem por missão representar a comunidade no controle da utilização dos recursos públicos, promovendo a otimização e a transparência das contas públicas. Seu foco está em monitorar a aplicação dos recursos públicos, estimular o cidadão no exercício de sua cidadania, promover a educação fiscal e a informação em prol da ética pública, fortalecendo as empresas e atraindo novos investimentos, a fim de melhorar a qualidade de vida do cidadão.

Estavam presentes, além da ACI-NH/CB/EV, Sindilojas NH, SindGastrHô, Sinduscon NH, Centro Cultural Beneficente Ruy Barbosa, Rotary, Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Feevale, Abicalçados, Associação dos Contabilistas, Receita Federal, Sebrae/RS Regional Vale do Sinos, Sescon RS, OAB-NH, CRC-RS, ACEVI, Ftec, Sincontecsinos, CRA/RS, Abrameq, além de vários representantes do segmento de serviços.



Ney Ribas, Tanha Schneider, Marcelo Alves e Pedro Kenne da Silva